

humanitas

Vol. L - Vol. I


IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HVMANITAS

VOL. L • TOMO I
MCMXCVIII

1.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA
DO DOUTOR JOSÉ GERALDES FREIRE



O PRÍNCIPE IDEAL CRISTÃO NOS ANNALES DOMNI ALFONSI PORTUGALLENSIUM REGIS (1185)

JOSÉ ANTUNES
Universidade de Coimbra

Narram os *Annales Domni Alfonsi Portugallensium regis* que no ano de 1125 o inclito infante D. Afonso, filho do conde D. Henrique e da rainha D. Teresa e neto de D. Afonso, tendo cerca de 14 anos de idade, tomou com suas próprias mãos, do altar de S. Salvador, na cidade de Zamora, as armaduras guerreiras e aí mesmo, no altar, se revestiu e cingiu com elas, assim como costumam proceder os reis no Santo dia de Pentecostes¹.

Esta é a primeira parte do texto.

Seguidamente vem a apreciação do cavaleiro jovem que corresponde às regras do panegírico, o que significa, pelo estilo, que o autor redigiu esta parte dos *Annales* só posteriormente à morte de D. Afonso Henriques, ocorrida por volta de 1185.

Monica Blöcker-Walter lembra-nos que não há nenhum outro documento, para além deste, que refira esta notícia excepcional sobre a investidura do infante como cavaleiro. Também é de opinião que a sua celebração e datação não levantam grandes problemas, porque o primo, Afonso VII, um pouco mais velho,

¹Os *Annales Domni Alfonsi Portugallensium regis*, foram editados e comentados por Monica Blöcker-Walter, *Alfons I. Von Portugal*, Zürich, 1966, pp. 151-161. A *Monarquia Lusitana*, Parte III, Lisboa, 1973, pp. 271-276, publicou um texto seguindo a edição de Mestre André de Resende e tradução portuguesa por Albino de Faria, pp. [129]-[137]. Para uma breve síntese sobre a constituição, autor e data dos *Annales* cf. José Mattoso, «Anais», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Caminho, 1993, pp. 50-52.

A nossa tradução é, em várias passagens, bastante diferente da citada. Pelo que propomos a actual leitura. O presente artigo, embora com algumas alterações, faz parte do 1.º cap. da nossa dissertação de doutoramento (policopiada) *A Cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1995, pp. 37-41.

tinha realizado um ano antes a mesma cerimónia, na catedral de Santiago de Compostela, em 31 de Maio de 1124².

Mas o documento em si merece-nos algumas considerações, sobretudo na segunda parte.

Em primeiro lugar chamamos a atenção para a expressão latina *sicut Gygas* (o texto é *et induit vero se loriam sicut Gygas*), que na edição da *Monarquia Lusitana*, e até na de Monica Blöcker-Walter aparece sempre em letra maiúscula, como se fosse o nome próprio de um personagem ilustre ou mítico, chamado *Gygas*, o que é totalmente equívoco e tem induzido alguns tradutores em erro.

Daí ter-se forçosamente traduzido por *vestiu-se com a cota assim como Gigas que era de grande corpulência*, o que não faz qualquer sentido³.

Ora o texto em questão é eminentemente de inspiração bíblica. Mais: trata-se de uma citação clara e textual do I Livro dos Macabeus 3, 3-4, que passamos a transcrever na sua totalidade: *et induit se loriam sicut gigas, et succinxit se arma bellica sua in praeliis, et protegebat castra gladio suo. Similis factus est leoni in operibus suis, et sicut catulus leonis rugiens in venatione*. Ou seja em português: *E revestiu-se de couraça como um gigante, cingiu-se com as suas armas para combater, e protegeia todo o acampamento com a sua espada. Tornou-se semelhante a um leão nas suas acções, e a um leãozinho que ruge sobre a presa*⁴.

Daí propormos uma versão diferente, do texto, para que se afaste qualquer confusão, como se segue: *Revestiu-se de couraça, parecendo um gigante, porque era de grande estatura, e cingiu-se com as suas armas de combate. Tornou-se semelhante a um leão nas suas acções e a um filho do leão que ruge sobre a presa*.

No entanto, há outras questões muito mais importantes que se levantam.

Porquê Zamora e não Braga? Quem participou ou testemunhou a cerimónia? Que significado político ou ideológico pretenderam os seus conselheiros ou o próprio príncipe imprimir a tal acto? — Tudo isto o documento silencia.

Zamora tornou-se uma fortaleza cristã poderosa depois da reconquista por Fernando Magno e teve em 1072 um papel importante como centro de

² Cf. Monica Blöcker-Walter, *ob. cit.*, pp. 20-22.

³ Cf. *Monarquia Lusitana*, Parte III, *ob. cit.* (Tradução das Escrituras Latinas), p. [132].

⁴ Monica Blöcker-Walter embora não tenha traduzido esta parte conhecia perfeitamente a fonte bíblica do texto que cita, assim como outras passagens da Escritura. Cf. *ob. cit.*, p. 21.

resistência dos partidários de Afonso VI, de Leão. Foi aí que Sancho II, rei de Castela, foi assassinado à traição por um cavaleiro, depois de ter aprisionado e afastado do reino de Leão o seu próprio irmão Afonso VI. Facto importante, sem dúvida, que abriu o caminho à reunificação dos dois reinos na mesma pessoa de Afonso VI. Mas estes acontecimentos não são por si suficientes para explicar o gesto solene, e não menos intrigante, do príncipe português.

Terá sido por Zamora pertencer a sua mãe, D. Teresa, por doação da rainha D. Urraca, juntamente com outras terras, conforme consta da escritura do pacto celebrado entre ambas, provavelmente de 1112 a 1126⁵?

Frei António Brandão inclina-se para esta *hipótese*, admitindo que Zamora poderia estar sujeita nesta ocasião à Terra de Portugal precisamente em virtude do referido contrato entre ambas as rainhas⁶.

Neste caso não encontramos outro significado senão o de uma afirmação de posse e de autonomia pelo príncipe, prenúncio de uma tentativa de manter e até de expandir o reino por terras para além dos rios Douro e Minho, como posteriormente viria a acontecer.

Por outro lado, Monica Blöcker-Walter, na sua mesma reflexão sobre este facto, não deixa de acentuar que a escolha desta cidade se entenderia muito melhor se porventura o infante tivesse sido armado cavaleiro três anos antes, isto é, em 1122.

Então, encontrava-se na cidade ou na região, um dos seus mais fiéis conselheiros, D. Paio Mendes arcebispo de Braga (1118-1137), da importante família da Maia, que ao regressar a Portugal foi preso por D. Teresa, talvez precisamente por ser partidário de D. Afonso Henriques⁷.

Mas estando ou não presente este prelado, ou outros personagens, não terá também o príncipe português (igualmente neto do grande imperador D. Afonso VI) querido mostrar com tal gesto em Zamora o seu primeiro acto independente, como rei futuro, à semelhança do seu primo Afonso VII, que um ano antes se tinha armado cavaleiro em Santiago de Compostela?

⁵ Referimo-nos concretamente ao juramento e convenção que a rainha D. Urraca celebrou com D. Teresa entre 1112-1126, como consta dos *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios* vol. I, t. I, ed. por Rui de Azevedo, Lisboa, Acad. Port. de Hist., 1958, p. 42, n.º 31 e comentário em v. I, t. II, pp. 630-637.

⁶ Cf. *Monarquia Lusitana, ob. cit.*, p. 86.

⁷ Cf. Monica Blöcker-Walter, *ob. cit.*, pp. 22-23. Sobre D. Paio Mendes veja-se Avelino de Jesus Costa, «Mendes, D. Paio», in *Dic. de Hist. de Portugal*, dir. de Joel Serrão e José Mattoso, *Identificação de uma Pais I*, Lisboa, Ed. Estampa, 1985, pp. 160-161.

Seja como for, há uma outra imagem na descrição que é também digna de maior relevo. É que o redactor dos *Annales*, sem se desprender da Bíblia, tem diante de si um modelo de príncipe ideal que foi buscar ao primeiro *Livro dos Reis*, do Antigo Testamento. Tem presente concretamente a eleição e unção do rei David, o filho mais jovem de Isaí, que então apascentava o rebanho, e que o profeta Samuel mandou chamar e escolheu entre os seus sete filhos. *Era louro*, diz a Escritura, *de belo aspecto e formoso de rosto. E o Senhor disse: levanta-te, unge-o, porque é esse mesmo que eu escolhi*⁸.

Ora é este o quadro que o autor fez perpassar na sua imaginação e criar este breve *espelho dos reis* (*speculum regum*), que são os *Annales*, mas arrimando-se sempre à Bíblia.

Deixando os leitores numa atitude reflexiva e desconcertante e seguindo as boas regras oratórias, interpela os leitores, numa aparente humildade:

*Mas quem poderá falar dignamente de tão grande e tão inclito Varão?
Ninguém!*

*E com efeito, foi um homem intrépido no combate, erudito na linguagem*⁹, *prudentíssimo nas suas acções, de inteligência esclarecida, de belo aspecto e formoso de rosto*¹⁰, *de olhar encantador, todo católico na fé de Cristo, respeitador e imensamente benévolo e devotado para com os ministros da Religião. Defendeu com a sua espada Portugal inteiro*¹¹. *Alcançou o reino e o Senhor dilatou por seu intermédio as fronteiras dos cristãos*¹² *e aumentou os territórios dos povos fiéis desde o Mondego, que corre junto às muralhas de Coimbra, até ao rio do Alquivir.*

⁸ I Sam. 16, 12.

⁹ Is. 50, 4: Dominus dedit mihi linguam eruditam.

¹⁰ I Sam. 16, 12: *et pulcher aspectu, decoraque facie.*

¹¹ I Mac. 3, 3: *et protegebat castra gladio suo.*

¹² I Mac. 14, 6: *dilatavit fines gentis suae.* Cf. Exod. 34, 24; Deut. 19, 8. Com o presente texto damos igualmente uma leitura muito diferente da versão da *Monarquia Lusitana, ob. cit.*, pp. [132].